

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.985 - RN (2013/0226784-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTITAS DE NATAL  
**ADVOGADOS** : DANIEL ALVES PESSÔA - RN004005  
FRANCISCO JOSÉ ALVES PESSOA NETO - RN003540  
**AGRAVADO** : SERASA S.A  
**ADVOGADOS** : MÍRIAM PERON PEREIRA CURIATI - SP104430  
HÉLIO ANTÔNIO MACIEL E OUTRO(S) - RN002186  
**AGRAVADO** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : ROSSANA DALY DE OLIVEIRA FONSECA E OUTRO(S) - RN003558  
MATEUS PEREIRA DOS SANTOS - RN006028  
**AGRAVADO** : ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FELIPE AUGUSTO CORTEZ MEIRA DE MEDEIROS - RN003640  
ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) E  
OUTROS - RN000426A  
**AGRAVADO** : FINANCEIRA ALFA S/A  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO LUIZ YARSHELL E OUTRO(S) - SP088098  
GUSTAVO PACÍFICO - SP184101  
ANDRÉ DA SILVA SACRAMENTO - SP237286

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESCISÓRIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973. SÚMULA 98 DO STJ. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. SÚMULA 7 DO STJ AFASTADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Embora seja dever de todo magistrado velar a Constituição, para que se evite supressão de competência do egrégio STF, não se admite apreciação, em sede de recurso especial, de matéria constitucional, ainda que para viabilizar a interposição de recurso extraordinário

2. "A *impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte, o que não se verifica no presente caso*" (AgInt no AREsp 1266368/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/09/2019, DJe 19/09/2019).

3. Não se configuram como protelatórios os embargos de declaração opostos para fins de prequestionamento - Súmula nº 98/STJ, ainda mais quando manejados só um recurso dessa natureza.

4. Nos termos da Súmula 401 do STJ, "*O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial*".

5. O prazo decadencial da ação rescisória se inicia a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo originário, mesmo que ela verse sobre admissibilidade de recurso interposto e tenha ela se limitado a negar seguimento a recurso especial. Precedentes.

6. No presente caso, não se verifica o transcurso do prazo decadencial bienal para a propositura da ação rescisória, tendo em vista que o trânsito em julgado do último provimento judicial no processo originário ocorreu em 05.04.2011 e a ação rescisória foi ajuizada em 14.04.2011.

7. *"Nos termos da jurisprudência já consolidada desta Corte, a análise do recurso especial não esbarra no óbice previsto na Súmula 7, do STJ, quando se exige somente a reavaliação jurídica das circunstâncias fático-probatórias contidas nos autos"* (AgInt no REsp 1723943/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019).

8. Agravo interno interposto pela Câmara de Dirigentes Logísticos de Natal não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator